

A Ditadura aconteceu aqui:

memórias da remoção e do incêndio da Praia do Pinto

The Dictatorship Happened Here: Memories of the Removal and the Fire at Praia do Pinto

Mario Brum

Professor do Depto de História da UERJ, Procientista - UERJ. A pesquisa para esse artigo contou com a colaboração da bolsista de IC Luciane Franco e dos bolsistas de extensão Renan Rodrigues e Camille Viola, todos com bolsas financiadas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

prof.mariobrum@gmail.com

RESUMO: Nas remoções de favelas promovidas pelos governos federal e estadual da Guanabara no auge da Ditadura Militar, a Praia do Pinto se tornou o caso mais simbólico da disposição das autoridades em realizarem um antigo projeto de acabar com as favelas na cidade. Localizada numa área sob intensa expansão e valorização imobiliária, a favela, uma das mais antigas e famosas da cidade vivia sob ameaça de remoção pelo menos desde a década de 1950, quando um incêndio em maio de 1969, ocorrido quase dois meses depois de iniciada a transferências das famílias para Cordovil, encerrou qualquer chance de permanência dos moradores contrários à remoção. A partir do noticiário da imprensa, documentos oficiais e depoimentos de moradores que viveram a remoção para Cordovil, trataremos das memórias da remoção e do incêndio.

PALAVRAS-CHAVE: Praia do Pinto; Remoção; Ditadura Militar; Incêndio em favela.

ABSTRACT: During the slum removals promoted by the federal and state governments of Guanabara at the height of the military dictatorship, Praia do Pinto became the most symbolic case of the authorities' willingness to carry out an old project to end slums in the city. Located in an area undergoing intense expansion and property appreciation, the slum, one of the oldest and most famous in the city, had been under threat of eviction since at least the 1950s. A fire in May 1969, which occurred almost two months after the transfer of families to Cordovil began, ended any chance of residents opposed to the removal remaining. Based on press reports, official documents, and testimonies from residents who experienced the removal to Cordovil, we will address the memories of the eviction and the fire.

KEYWORDS: Praia do Pinto; Eviction; Military Dictatorship; Fire in the favela.

Apresentação

“Dentre as efemérides que têm marcado o debate sobre os rumos da sociedade brasileira, sob a polarização das primeiras décadas do século XXI, uma data emblemática passou sem visibilidade, na forma de reportagens, exposições, eventos acadêmicos ou alguma outra forma de rememoração: o fim da Praia do Pinto a partir de um grande incêndio ocorrido em 1969 que acabou por eliminar definitivamente a favela da paisagem dos bairros da Lagoa e Leblon.

A Praia do Pinto era uma favela de grande notoriedade na cidade até que o incêndio, ocorrido na madrugada do dia 11 de maio de 1969, foi compreendido pelas autoridades como a última etapa do processo de remoção da favela, iniciado quase dois meses antes, em fins de março, conforme publicação do Governo da Guanabara sobre a ‘Operação Praia do Pinto’, que afirmou que o incêndio era “problema imprevisto e grave, mas sem alterar os planos originais, promoveu o Governo apenas a aceleração da mudança.” (Governo da Guanabara, 1969, p. 7).

Ainda nesse ano de 1969 a Revista Manchete mostrava o progresso do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro sob o título “Assim terminam as favelas” dizendo que:

Cinco mil pessoas ao desabrigado: esta foi a principal consequência do incêndio ocorrido recentemente na Praia do Pinto, no Rio de Janeiro. Para essa multidão, tudo parecia perdido. Mas, decorridas menos de 24 horas, uma equipe de técnicos e assistentes sociais já estava em ação, removendo os desabrigados, em uma frota de veículos, para o conjunto Cidade Alta, em Cordovil, onde se estabeleceram 635 famílias faveladas, e para a Cidade de Deus, em Jacarepaguá, onde ficaram outras 37. Uma solução correta havia sido posta em prática com rapidez

e eficiência pelo Governo do Estado. (Revista Manchete, edição especial B, 1969 p. 177)

O incêndio da Praia do Pinto serviu como uma sinalização da disposição dos governos da Guanabara, sob a gestão de Negrão de Lima, e federal, com o General Médici como presidente, em levar a cabo uma das realizações mais sombrias da ditadura: a remoção das favelas do Rio de Janeiro, quando o governo federal, através da CHISAM (Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro) e o Estado da Guanabara, através do programa Sete de Setembro, anunciaram o fim das favelas cariocas até o ano de 1976.

Com esse desfecho, era concluída o que talvez tenha sido a primeira grande remoção desse período e talvez a mais simbólica:

Fruto de quatro décadas de existência e da alta densidade da favela que aglomerava cerca de 18 mil habitantes em pouco menos de 110 mil metros quadrados de área, a favela da Praia do Pinto era o símbolo vivo da descrença na feliz solução do problema de habitação de interesse social. Enquistada no coração do Leblon, foco de preocupação permanente, em resultado das péssimas condições sanitárias em que vegetavam seus moradores e dos aspectos sociais que o problema acarretava, a erradicação dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento na vida da população da Zona Sul. (COHAB-GB, 1969)

Nesse artigo, após breves contextualizações do programa de remoção e o imaginário sobre a Praia do Pinto na década de 1960, lidaremos com o incêndio sob três perspectivas: o noticiário da imprensa, as visões das autoridades à frente do programa de remoção (a partir de documentos produzidos pelo Estado) e por fim, as narrativas que os ex-moradores da Praia do Pinto, entrevistados por nós como moradores do conjunto

habitacional da Cidade Alta tiveram do processo, que figura para maior parte deles como uma ação deliberada do Estado para pôr fim definitivo à favela, havendo uma memória coletiva do incêndio como criminoso.

Contextualizando o programa de remoções

A emergência da favela como um fato novo na cidade data da virada dos séculos XIX para o século XX, quando a moradia precária, geralmente em morros da cidade, passou a ser associada à presença de outros signos, como a violência, a ausência de infraestrutura urbana e, principalmente, à presença de pessoas negras (Brum, 2024).

Vale ressaltar que diversos territórios da cidade, como os morros da Santo Antônio, Babilônia ou Mangueira têm ocupações anteriores à última década do século XIX, assim como áreas planas como as praias de Inhaúma, Maria Angu (que hoje compõem parte das favelas da Maré) e a Praia do Pinto, cuja ocupação remonta pelo menos a meados do século XIX (Brum e Gonçalves, *no prelo*). De forma que a caracterização desses locais como favela pela imprensa, autoridades e pela sociedade tratou-se mais de uma representação produzida ao longo das primeiras décadas do século XX, considerando inclusive que foi apenas sob o Código de Obras da Prefeitura do Distrito Federal. (Decreto 6000 de 1937) que houve a tipificação das ‘irregularidades’ da favela.

Nas décadas de 1940 e 1950, os estigmas que marcaram as favelas em suas origens foram acrescidos outros, como a explicação que as favelas surgiram tanto pelo crescimento não planejado das cidades pela industrialização acelerada e pelo êxodo rural que atraíam multidões de pessoas com fortes tendências de inadequação à vida urbana. De forma que as cidades demandariam uma ação do Estado no ordenamento do seu espaço urbano como forma de controlar a expansão das favelas, adequar a mão-de-obra necessária e promover a elevação social, moral e psicológica do ‘favelado’ (Brum, 2012)

Nesse contexto, na década de 1960, sob os efeitos da transferência da capital para Brasília e os rumos da então cidade-estado da Guanabara, o governador Carlos Lacerda dá início ao programa de remoção de favelas que, com recursos do programa Aliança Para o Progresso do governo dos Estados Unidos, financia a construção dos conjuntos habitacionais de casas das vilas Kennedy, Aliança e Esperança, para onde foram transferidos moradores de favelas como Pasmado, Esqueleto, entre outras.

Interrompidas com a mudança do governo estadual em 1965, com a derrota do candidato de Lacerda na última eleição livre dos moradores da cidade do Rio pelos 20 anos seguintes, as remoções foram retomadas a partir de 1969. Já sob uma conjuntura bem mais restritiva aos moradores de favela, e à sociedade em geral, sobre a adesão ou não à política remocionista. Para os moradores de favela o período significou o auge de uma política de não reconhecimento de direitos mínimos e da extrema estigmatização de seu local de moradia:

O ambiente é sem dúvida desfavorável. (...) E os menores, se continuarem nas favelas, serão, no futuro, adultos física, mental e moralmente favelados. É difícil, senão extremamente impossível, recuperar homens, mulheres e crianças em ambiente como o das favelas. Pelo que optamos pelo árduo, mas frutífero, trabalho de erradicação. (CHISAM, 1971, p. 31)

A Praia do Pinto

As representações das favelas produzidas por diferentes atores ao longo da primeira metade do século XX e tipificadas pelo Estado a partir de fins da década de 1930 tornaram a Praia do Pinto um alvo privilegiado, posto sua localização numa área em franca expansão imobiliária e sob forte valorização. O terreno plano de cerca de 110 mil metros quadrados tornou

a Praia do Pinto um alvo privilegiado das autoridades, do capital imobiliário e de parte da sociedade que desejava se ver longe dos favelados, de modo que o Governo da Guanabara assim descreveu o processo da remoção:

A favela da Praia do Pinto era o símbolo vivo da descrença na feliz solução do problema de habitação social (...). Enquistada no coração do Leblon (...) a erradicação dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento na vida da população da Zona Sul. (Cohab, 1969. p. 19)

Era um desejo antigo, como podemos perceber. Já na década de 1940, parte dos moradores foram realocados para o Parque Proletário do Leblon, no mesmo terreno da favela, sendo então apenas uma mudança na forma da moradia, substituindo os barracos pelos galpões provisórios, que com o abandono da política dos parques com o fim do Estado Novo tornou-se tão precarizado que era considerado mera parte da Praia favela quando da remoção.

Na década de 1950, no entanto, surgem os primeiros planos para a remoção total da favela, implicando sua transferência para outro bairro. Como por exemplo, numa proposta da Fundação Leão XIII, órgão criado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1947 e que, subvencionado com verbas públicas, atuava nas favelas do Distrito Federal, em criar colônias agrícolas na então zona Rural da cidade, no distante bairro de Jacarepaguá:

Terreno para localizar a primeira da Fundação – No plano da criação de uma colônia agrícola no Distrito Federal, onde a Fundação Leão XIII localizará famílias de lavradores do D. F., principalmente da Praia do Pinto. [...]. A Fundação Leão XIII, depois de muito movimentar-se na escolha do terreno para sua primeira tentativa de real fixação do rurícola à terra, estabelecendo ainda novas fórmulas de incentivo à pequena propriedade, voltou suas vistas para um situado em frente à estrada dos

Bandeirantes, em Jacarepaguá, pertencente no Banco de CréditoMóvel, S. A. ("Colônias agrícolas no Distrito Federal" Tribuna da Imprensa, 14/02/1950, p.6)

Por outro lado, também foram cogitados alguns projetos de urbanização para a favela ao longo das décadas de 1950 e 1960, o mais famoso deles foi a transferência de parte dos moradores da Praia do Pinto para o conjunto da Cruzada São Sebastião, inaugurada em 1958 e erguida bem próxima à favela. A iniciativa foi um projeto de Dom Hélder Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro na ocasião, que, reconhecendo a precariedade da moradia na favela na época, também reconhecia a necessidade dos moradores estarem perto do emprego e dos serviços, tendo então como princípio mantê-los nos bairros em melhores condições de moradia. (Gonçalves, Simões e Luna, 2010, p 108-113).

Mesmo antes das remoções assumirem centralidade nas políticas executadas por Carlos Lacerda, Antonio Laviola, secretário estadual de Viação, órgão com perfil de secretaria de obras do Governo da Guanabara respondendo a um ofício de Lacerda sobre "Como se pode salvar a Lagoa" elabora um plano com 20 itens, constando que "apenas 10 são considerados da maior importância e, segundo o secretário de Viação, não pode deixar de serem levados em consideração. Os dois primeiros: remoção da favela da Praia do Pinto 'bem como de outras habitações não esgotadas da bacia da Lagoa' e 'saneamento adequado da favela da Catacumba, senão for possível removê-la'." ("Somente amanhã Laviola dirá à Lacerda como se poderá salvar a Lagoa", Jornal do Brasil, 22/01/1961, 2.º caderno, p.9).

Interessante perceber a distinção de tratamento entre as duas favelas, que embora ambas tenham tido consideradas sua remoção, na Catacumba admitiu-se sua permanência, que diferente da plana Praia do Pinto, era localizada numa encosta e por isso menos obstrutiva ao avanço imobiliário que ansiava pela enorme terreno no Leblon (embora ambas as favelas

tenham sido removidas uma década depois).

Assim, a permanência da favela e de seus moradores, de imensa precariedade em serviços e sob as más condições de higiene e saúde, num bairro em plena valorização não seria possível no modelo de cidade e sociedade que historicamente produziu desigualdades no espaço urbano do Rio de Janeiro, conforme apontado num artigo anterior (em co-autoria):

Sob uma expansão urbana guiada por agentes do mercado imobiliário, em que a habitação é acima de tudo tratada como mercadoria, não como direito ou bem necessário à reprodução do trabalho e à dignidade humana, e igualmente com um sistema de transporte público de qualidade ruim e guiado primordialmente sob a lógica do lucro, a antiga Gávea e suas adjacências, fabris e operárias, foram se transformando nos bairros mais elitizados da cidade do Rio (Brum; Carris, 2010, p. 113-114)

Se a poluição da Lagoa, atribuída à falta de saneamento principalmente por causa das favelas ao redor dela, foi um dos principais argumentos mobilizados para a defesa da remoção ao longo da década de 1960. A perspectiva de urbanizar a favela, dotando-a de serviço de esgotamento, ainda que fosse aventada por vezes, não se impôs frente a possibilidade dos bairros se livrarem de vizinhos tão indesejáveis, conforme as percepções dos próprios moradores da Praia do Pinto, que mostraremos adiante, assim como foi francamente enunciado pelas autoridades à frente do programa de remoção executado a partir de 1968, dizendo que a Praia do Pinto “tornara-se, no correr dos anos, foco de criminalidade e risco para a saúde pública.” (Governo de Guanabara, 1969. p. 15).

De modo que houve propostas anteriores de remoção dos moradores da favela para a Rocinha, em 1961 (“Casa para os favelados da Praia do Pinto”,

Tribuna da Imprensa, 25-26/11/1961, p. 1); para a Gávea, em 1966 (“Favelados da P. do Pinto terão 32 edifícios de 5 andares próximo ao Parque da Gávea”, Jornal do Brasil, 22/11/1966, p. 5); para Jacarepaguá, junto com moradores das outras grandes favelas da Zona Sul, em 1967 (“Plano da Cohab prevê que cinco favelas da Zona Sul estarão extintas até 1970”, Jornal do Brasil, 29/05/1967, p. 5).

Enfim, foram vários anúncios – inclusive uma malfadada visita de Sandra Cavalcanti à favela, no auge das políticas remocionistas de Lacerda em 1964, que precisou sair escoltada por causa de pedras atiradas pelos moradores (“*Favelados apedrejam Sandra*” Jornal do Brasil, 24/03/1964, p. 1). – até a efetivação da remoção, já sob o período mais duro da ditadura militar, sob a coordenação da CHISAM e a execução do Governo da Guanabara, tendo as autoridades feito a opção cobrada pela imprensa numa edição do Correio da Manhã de 4 de agosto de 1967, na coluna ‘*Gerico*’, dedicada aos problemas urbanos do Rio, uma nota fala sobre os problemas de acúmulo de esgoto e detritos na favela, ilustrada por uma foto mostrando a sujeira em meio à favela, dizendo que “É imundície em seu máximo limite, repetem os moradores do bairro sem polícia, sem higiene, sem estética, sem governo: ‘Leblon e Favela da Praia do Pinto não podem existir. Ou a favela ou o bairro.’” (‘*Gerico*’[coluna], Correio da Manhã, 04/08/1967, 2º caderno, p. 4).

Cabia então a ação enérgica do Estado, sem margem de manobra possível para os contrários à remoção, a fim de resolver o problema: “O objetivo imediato dessa remoção era o de liberar a área para obras de urbanização e saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas e a construção, no local, de edifícios residenciais, promovendo-se, antes a transferências dos favelados para novas moradias condignas”. (Governo de Guanabara, 1969, p. 16).

Memórias da remoção e do incêndio

Com a centralização política, a repressão intensa e a interdição de qualquer debate e principalmente, resistência dos moradores, a partir de 1969, sob

vigência do Ato Institucional número 5, concretizou-se o maior programa remocionista realizado na história do Rio, cumprindo-se o que o documento de apresentação da CHISAM afirmou:

“Jamais haverá outra oportunidade igual à que agora se apresenta para um equacionamento, encaminhamento de solução e real possibilidade de serem erradicadas do panorama do Grande Rio estas verdadeiras anormalidades urbanas que depõem contra os mais primários princípios de civilização e desafiam a capacidade dos governantes.” (CHISAM, 196, p. 28).

A primeira remoção do período foi a da Ilha das Dragas, pequena favela localizada na beira da Lagoa e próxima à Praia do Pinto. Ao saberem que constavam nos planos da CHISAM, em setembro de 1968, os moradores da Ilha das Dragas realizaram uma assembleia geral em que “adotaram a posição definitiva de não abandonarem suas residências, alegando que ‘trabalhamos todos perto daqui e nossos salários não dão para pagar os aluguéis de Cordovil, ou da Cidade de Deus, nem as passagens.’” (“Água à vontade”, *Correio da Manhã*, 05/09/1968, p. 9). A remoção se deu de forma compulsória e com enorme grau de violência, inclusive com a prisão de lideranças da favela. (Raptados quatro líderes dos favelados, *Correio da Manhã*, 08/02/1969, p. 8) Com a presença de aparato policial ao longo do processo, ao final do mês de fevereiro a Ilha das Dragas foi totalmente removida, com seus moradores transferidos para a Cidade de Deus.

Concluída a remoção da Ilha das Dragas, a partir do dia 23 de março de 1969, teve início as mudanças das primeiras famílias para a Cidade Alta, que foi inaugurada dias depois, em 28 de março. Mas, nos meses seguintes, ainda eram feitos questionários e tentativas de convencer e pressionar os resistentes à mudança, tarefas feitas até por autoridades de primeiro escalão: “O Secretário de Serviços Sociais e o Presidente da COHAB, bem como seus assistentes e assessores, procuravam,

pessoalmente, desde o início, esclarecer e convencer os céticos e recalcitrantes, realizando-se, assim, a transferência, ordeira e pacificamente, em levas diárias de 25, 30 e 40 famílias." (Governo da Guanabara, 1969, p. 23).

No dia 11 de maio de 1969, A *Operação Praia do Pinto*, nome da remoção da favela, foi concluída com um incêndio arrasador que eliminou toda a favela. Na cobertura do Jornal do Brasil, o incêndio foi manchete de primeira página, com uma foto panorâmica que mostrava área de grande parte da favela destruída pelo fogo ao lado da cabeça "*Fogo deixa 5 mil ao desabrigado*" (Jornal do Brasil, 10 e 11/05/1969 p.1). Diferente das remoções anteriores, quando a favela era incendiada após a remoção esse ocorreu com grande parte da favela ainda ocupada. E a intencionalidade do incêndio foi aventada na imprensa como possibilidade, embora tenha sido desmentida pelas autoridades que pouco esforço fizeram para elucidar as circunstâncias e as causas do fogo.

Sobre a existência ou quantidade de vítimas, o Correio da Manhã diz que a ocorrência de 3 mortos no incêndio foi desmentida pelo Hospital Miguel Couto, indicando nominalmente uma lista composta por mais de 30 feridos ("Incêndio arrasa Favela do Pinto", *Correio da Manhã*, 11/05/1969, p. 9), que é o número cravado pelo Jornal do Brasil, que não citou mortos, fossem como fato ou boato. ("Secretaria remove restante da favela" (*Correio da Manhã*, 13/05/1969, p.3). Segundo ex-moradores da Praia do Pinto que entrevistamos (Brum, 2012) o incêndio teve vítimas fatais, mas o fato não pôde ser comprovado.

Cumpria-se a promessa do fim da Praia do Pinto e das favelas ao redor da área da Lagoa Rodrigo de Freitas. As remoções seguintes das favelas da Cacatumba, Macedo Sobrinho e Miguel Pereira transcorreram sem transtornos. O sinal sobre a disposição do Estado em acabar com as favelas da área havia sido inequívoco. E compreendido pelos moradores das favelas sobre as consequências de uma resistência sob uma ditadura.

Assim, sob o fogo, concluía-se a operação de remoção de uma das favelas mais antigas favelas da cidade, concluindo a transferência em curso das famílias, conforme o secretário de Serviços Sociais da Guanabara, Vítor Pinheiro, anunciaava na imprensa, que o governo já tinha “1.200 apartamentos vazios em Cordovil para abrigar todo esse pessoal.” (“Causas do incêndio são até agora desconhecidas”, *Jornal do Brasil*, 13/05/1969, p. 36).

Teria o incêndio sido proposital? Na opinião de muitos moradores entrevistados na pesquisa, isto surge de maneira praticamente unânime (voltaremos a isto na próxima seção). De qualquer maneira, o próprio Governo da Guanabara admite que serviu aos propósitos remocionistas, de modo que o secretário de Serviços Sociais da Guanabara, Vítor Pinheiro, anunciaiu à imprensa “que o problema do desabrigio não é tão grave assim pois, em último caso, teríamos 1.200 apartamentos vazios em Cordovil para abrigar todo esse pessoal.” (“Causas do incêndio são até agora desconhecidas”, *Jornal do Brasil*, 13/05/1969, p. 36)

Deste modo, após o incêndio, as assistentes sociais montaram um posto na favela, mais exatamente na parte do Parque Proletário do Leblon, para cuidar da ordem de transferência dos moradores a partir dos seguintes critérios:

Os que perderam tudo – barracos, móveis e utensílios – têm prioridade absoluta, seguindo-se os que perderam os barracos e apenas parte dos que perderam móveis e utensílios, e os que conseguiram salvá-los intactos. Os que não perderam nem o barraco serão removidos por último. As assistentes sociais informaram que de acordo com os planos antigos, a remoção de todos os favelados deveria acabar na segunda semana de junho, ‘mas do jeito que as coisas vão, na próxima semana não vai mais

sobrar ninguém na favela. [...] 'Uma coisa é certa – informou uma funcionária da Secretaria [de Serviços Sociais] para cá eles não voltam'. ("Desabrigados da Praia do Pinto vão ser removidos até o final da semana", *Jornal do Brasil*, 13/05/1969, p. 5)

Sem embargo, na capa desta mesma edição do Jornal do Brasil, os planos para área já eram anunciados: "O governador Negrão de Lima informou que a área da Favela da Praia do Pinto será loteada e seus terrenos vendidos em hasta pública. As futuras construções do local deverão obedecer ao projeto de urbanização da área.". ("Governo abriga favelados até o fim da semana" *Jornal do Brasil*, 13/05/1969, p. 1).

Numa matéria da Revista Veja datada de 1973, a hipótese do incêndio criminoso também é aventada de maneira franca:

Na verdade, mesmo que tenham ocorrido casos isolados de arbitrariedades de construtoras inescrupulosas, é interessante observar que, se o mercado imobiliário é nascente de especulações premeditadas e desonestas, esse tipo de erro não é característica exclusiva da iniciativa privada, pois o Estado, quando sente ventos favoráveis, é capaz de tornar-se um agente encorajador, Na Guanabara, até hoje não ficaram devidamente esclarecidas as circunstâncias em que se incendiou, com uma rapidez fulminante, a favela da praia do Pinto. ("A grande feira imobiliária", *Revista Veja*, 07/11/1973)

As memórias sobre o Incêndio da Praia do Pinto, sucedido após os moradores da favela terem resistido à transferência para os conjuntos habitacionais, nos fornecem pistas preciosas a serem seguidas para termos um quadro de como os moradores encararam a remoção na época. Na narrativa de uma moradora removida da Praia do Pinto vemos que ela, ao contar que veio da Praia do Pinto, completa: "À qual os governantes do

nosso país mandaram tacar fogo na favela, porque estava crescendo demais.". (Trabalho GB2007/1003-03)ⁱ

O incêndio figura, em maioria, nos depoimentos dos removidos como tendo sido provocado para expulsar os moradores reticentes em sair da favela, sendo os discursos homogêneos em apontá-lo como criminoso. O pastor Guaraci, que foi para a Cidade alta após se casar com a esposa, removida da Praia do Pinto diz que o incêndio foi criminoso, acrescentando outras razões para ele ter ocorrido, além da resistência dos moradores à remoção:

Os indícios dizem todos que foi proposital. Porque a coisa foi tão rápida, e os bombeiros chegaram e não tomaram a iniciativa que deviam ter tomado, sei lá... Quando o jato d'água vinha em cima dos barracos, em vez de apagar... acendia mais! Entendeu? Eu sou meio suspeito em falar, porque na época, o governo tava fazendo um levantamento pra tirar a Praia do Pinto da Zona Sul. E existia algumas resistências! As pessoas não queriam sair da Zona Sul, claro! E as assistentes sociais iam fazer o levantamento da quantidade de famílias. Na semana seguinte, naquele mesmo lugar que tinha 4 famílias, quando elas voltavam, tinha 8! As pessoas dividiam o barraco no meio e botavam os móveis quebrados e diziam: 'Aqui, quem mora aqui é minha cunhada, ela é doméstica, ela é uma vez por semana em casai', então 'Como é que é o nome dela?', 'O nome dela é tal, tal, tal' e fazia a ficha dela também. Houve esses cambalachos todinhos na época. E o governo viu que aquilo tava virando uma bola de neve. Então, eu creio que ele tinha que tomar uma providência (risos), e eu creio que ele tomou uma providência drástica, né?ⁱⁱ

A ideia da imposição, por parte do governo, da remoção aos moradores é

compartilhada por Ney, ao falar sobre o caso do Parque Proletário da Gávea, em que ele também relaciona com o incêndio da Praia do Pinto:

Porque eles arrancaram a gente na força, né? Eles arrancaram a gente... Quem não queria vir, eles metiam a máquina, saía quebrando os barracos... Eles vinham, quem quisesse sair, saía, quem não quisesse sair, eles quebravam os barracos!. Foi diferente da Praia do Pinto, que a Praia do Pinto eles tacaram fogo. Expulsaram o pessoal da Praia do Pinto com fogo. A gente foi com máquina.ⁱⁱⁱ

Manoel Gomes, removido da Praia do Pinto, fala sobre a resistência à remoção, apontando que haviam permanecido na favela os moradores que não queriam sair: "Estes últimos moradores lutavam para ficarem no local; e o serviço social já havia avaliado que estes últimos moradores não tinham um rendimento familiar adequado às normas determinadas pelos condutores das remoções das favelas, nos anos da ditadura."^{iv}.

Em seu depoimento, quando é perguntado se seus pais queriam sair da Praia do Pinto, Manoel responde:

Olha... Digamos... Toda propaganda, quando ela é bem feita, ela ilude as pessoas, né? Querer, querer, não, porque na época, nós tínhamos uma casa ali que tínhamos tudo. Estávamos perto da praia, vivendo a nossa vida normal. Mas não dava pra você lutar contra o poder, contra o sistema, né? Então... não tinha muito o que você chegar e optar, querer ou não querer. Porque, naquela época, em 1969, nós já estávamos aqui em Cordovil. Mas existiu um certo grupo que resistia. Sabe, porque dentro desse censo, eles viram as pessoas que tinham condições, uma renda familiar mais ou menos e iam mandando. Ah, digamos, a pessoa que tinha uma certa posição vai pra

Cidade Alta, a outra que tem uma certa condição vai pra Vila Kennedy, a outra vai pra Vila Aliança e assim foi. E aquelas pessoas por último, que não tinham certa condição, que não tinham estabilidade, acabaram mandando lá pra Paciência.

A opinião dos moradores de favelas sobre à remoção pode ser visto na matéria do jornal *O Dia*, em ralação ao caso da Catacumba, localizada na área da lagoa Rodrigo de Freitas, assim como a Praia do Pinto: "No morro da Catacumba não há morador que esteja de acordo com uma possível mudança forçada para a Cidade de Deus, ou qualquer outro lugar distante do local onde trabalha para sustentar sua família." ("Na Catacumba, moradores têm planos para sua urbanização" *O Dia*, 15-16/09/1968, p. 4).

No caso do Morro São João, Dona Nilza Sabino, diz que não houve opção de sair ou não, e que a operação foi feita de maneira repentina: "Viemos de supresa: 'Vão tirar o pessoal amanhã! Vão para uns prédios na avenida Brasil!' A gente não tinha escolha... era coisa daquela deputada, a Sandra Cavalcanti!"^v

Para Manoel Gomes, que dos moradores entrevistados é o que possui o olhar mais crítico sobre a remoção, houve uma distorção intencional por parte das autoridades para fazer com que os moradores aceitassem a remoção:

Eles chegaram a fazer maquete, né? Na época eu era bem pequeno, chegaram a fazer maquete e a assistente social da época era a Sandra Cavalcanti. Então, o que acontece? Eles fizeram maquete e venderam paraísos para todas as pessoas daquela geração, inclusive meus pais. Então venderam o paraíso, venderam imagens...Mas que, na realidade, quando nós chegamos, não tinha nada a ver.

Há uma memória bastante presente entre os moradores da Cidade Alta em

que o incêndio da Praia do Pinto vincula-se ao nome de Sandra Cavalcanti. Embora Sandra Cavalcanti tenha feito algumas reuniões na Praia do Pinto para apresentar os planos de 'transferência' aos seus moradores, ela já se encontrava afastada dos órgãos responsáveis pela remoção de favela ao menos quatro anos antes do incêndio, e retornado sua atividade como professora.

O seguinte relato de um morador que veio da Praia do Pinto ainda criança é bem interessante sobre a memória do incêndio como proposital e a provável vinculação de Sandra Cavalcanti (embora o relato não a cite nominalmente), atribuindo a ela uma intenção abertamente declarada de expulsar os moradores pelo fogo, para que a área da favela fosse destinada à pessoas de maior poder aquisitivo:

Um dia, **uma mulher que era da política** apareceu e disse que se as pessoas não deixassem a favela por bem, iriam deixar por mal, porque ela iria colocar fogo na favela inteira. No começo, ninguém ligou, mas depois, todo mundo começou a ficar preocupado. O pessoal falava que ela queria colocar fogo na favela para fazer no lugar prédios para as pessoas ricas morarem.^{vi}

Curiosamente, a própria Sandra Cavalcanti, ao criticar os rumos que o BNH tomou após a sua saída, endossa a tese do incêndio como tendo sido intencional: "Num caso, pelo menos, cometaram uma ação terrível: tocaram fogo na favela da Praia do Pinto – está provado que tocaram fogo. Tiraram os moradores de lá, em plena madrugada."^{vii}.

O Pastor Guaraci também lembra do desolamento dos moradores após o incêndio:

As pessoas ficaram ao ar livre na Praia do Pinto praticamente 5, 6 dias, esperando a remoção! Muita gente

e poucas viaturas do governo... Então, o governo, tinha gente que levava pra Cidade Alta, outros pra Manguinhos, outros pra Cidade de Deus. Então era: 'Grupo de Cidade de Deus? Separa pra cá! Cidade Alta? Pra lá! Manguinhos? Pra cá!'. 'Esse caminhão vai pra onde?', 'Esse caminhão vai pra Cidade de Deus...'. Então teve gente que ficou ali dias e dias.

Esta leitura quase unânime do incêndio como criminoso (os que não a corroboram, também não a refutam) demonstra o trauma da remoção, da expulsão dos moradores para mais de trinta quilômetros de distância. E a vinculação de Sandra Cavalcanti com o incêndio demonstra uma *memória* em que o Estado demonstrava uma permanente intenção em acabar com a favela, que foi finalmente levada a cabo pelo fogo, dando à remoção o caráter de uma imposição.

Terminamos o artigo com partes do depoimento de Manoel Gomes, que anos depois de nos entrevistarmos, faleceu. Em tempos que é necessário repudiar formas ditatoriais, e isso passa pela compreensão de que o que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985 não se restringiu apenas a prisões, tortura, morte e desaparecimento de segmentos intelectualizados, de classe média ou mais organizados em entidades estudantis, sindicais, camponesas, entre outras. Mas atingiu uma gama ampla de sujeitos, dentre os quais moradores de favelas – principalmente os removidos de forma compulsória e sob intensa violência, que permaneceu ao longo dos anos nos conjuntos habitacionais que passaram a morar – e que pouca atenção se deu ao seu estatuto como vítimas da ditadura. Nas palavras de Manoel:

Aconteceu a tal da ditadura e muitas pessoas foram exiladas, né? E nessa também, muitos de nós, todos nós, moradores dali [Praia do Pinto], fomos exilados também. Exilados pra Cordovil, igual. Então quer dizer, nós fomos sofrendo esse exílio e eu acho que muitos conseguiram

voltar do ‘exílio cultural’ Pessoas que viviam no ramo cultural: Caetano, Gilberto Gil, alguns jornalistas... E muitos deles até politicamente tão aí no poder. Mas eu acho que eles não tiveram um certo cuidado com as pessoas que sofreram com essas remoções. Então eu continuo ainda no exílio social. Considero assim, não só eu, mas muitas pessoas daqui ainda se encontram.

Os impactos da Ditadura na vida de centenas de milhares de moradores das favelas da cidade do Rio ainda não foi devidamente tratado. A favela não foi mera escolha de lugar, ela representava, em tempos que a urbanização ainda não havia se consolidado como política de Estado, uma solução tanto para seus moradores quanto para a cidade em si, pois a favela permitia a permanência de um sistema de transporte público insuficiente, no mínimo, assim como baixa remuneração de trabalhadores que recorriam à autoconstrução e a instabilidade da moradia, enquanto a sociedade tratava as favelas a partir da *tolerância precária* (Gonçalves, 2013), ou seja: enquanto a favela tivesse alguma utilidade para o conjunto da sociedade era permitida sua permanência no local.

No contexto da Ditadura e da expansão e valorização imobiliária do Leblon, a tolerância chegara ao fim. Sob o trator, as marretas e o fogo, a Praia do Pinto de secular existência não seria mais permitida ocupar espaço no bairro que se tornaria um dos mais caros do Brasil. Os interesses, os circuitos cotidianos, as relações comunitárias e familiares, enfim, a dignidade dos moradores da Praia do Pinto não entrou no cálculo e mais de 60 anos depois do incêndio, esses moradores e seus descendentes não receberam nenhuma reparação ou mesmo seu reconhecimento como vítimas da Ditadura. Assim, é novamente com o peso da reflexão de Manoel que encerramos esse artigo: “*Esse incêndio ainda não se apagou, sabe? Esse incêndio tá comigo desde lá, foi um incêndio covarde, eles tacaram fogo. E esse incêndio, essa chama, ainda não se apagou, eu ainda continuo exilado...*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Cecília. "Essa pobre moça indefesa". In: KNAUSS, Paulo. (org.)

Cidade Vaidosa. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p.93-116

BENMERGUI, Leandro. The Alliance for Progress and housing policy in Rio de Janeiro and Buenos Aires in the 1960s.

Urban History, v.36, n.2, p.303-326, 2009.

BRUM, Mario. **Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. Representações urbanas e questão racial: o lugar dos negros na cidade. In: SARMIENTO, Érica; AZEVEDO, André; ARAUJO, Rafael. **Migrações e cidades nas Américas: debates históricos e contemporâneos.** Recife: Edupe, 2024.

BRUM, Mario; CARRIS, Luciene. Memórias proletárias da zona sul: os removidos, os ameaçados de remoção e o contínuo processo de expulsão dos pobres das áreas nobres do Rio de Janeiro. In: MAIA, Andrea Casa Nova. Janeiro: Palas, 2013.

(Org.). **História Oral e direito à cidade: paisagens urbanas, narrativa e memória.** São Paulo: Letra e Voz, 2019, v. 1, p. 99-116.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro.** Rio 2010, pp. 97-120.

de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHISAM/BNH. **CHISAM: Origem - Objetivos - Programas - Metas.** BNH / Ministério do Interior: Rio de Janeiro, 1969.

_____. **CHISAM: Metas alcançadas e novos objetivos do programa.** Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1971.

COHAB-GB. **Um programa que está sendo cumprido. Relatório da Cohab-GB: 1969.** Rio de Janeiro, 1969.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV.** Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO / COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. **Relatório da Comissão da Verdade do Rio.** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. **Rio: Operação Favela.** Governo do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1969.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro. História e Direito.** Rio de Janeiro: Palas, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares, Simões, Soraya e Luna, Letícia Freire, "A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço Cuadernos de Antropología Social, 31, criminalizado" no Rio de Janeiro.** Rio 2010, pp. 97-120.

PESTANA, Marco Marques. **Remoções de**

favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelas (1957-1973). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

TORRES, Emanuelle. Morte e vida no Esqueleto: a construção social de um espaço marginalizado da cidade do Rio de Janeiro (1934-1965). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2022.

VALLA, Victor Vicent. Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela - Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

Notas

ⁱ Parte das entrevistas apresentadas Cidade Alta, removido do Parque aqui foram realizadas a partir de Proletário da Gávea, artista plástico e atividade docente com os alunos do professor na Ação Comunitária do Brasil, Colégio Estadual República de Guiné- instituição não governamental que Bissau e, a partir de 2009, da Escola atuava na Cidade Alta na época da Municipal Ministro Lafayette de entrevista, realizada em 14/05/2009.

Andrade; ambos localizados na Cidade ^{iv} Entrevista com Manoel Gomes de Alta, que entrevistaram moradores Oliveira, morador da Cidade Alta, (muitos deles parentes ou mesmo removido da Praia do Pinto, músico e membros dos grupos) sobre o processo comerciante, realizada em 27/05/2009. de remoção e/ou a vinda para a Cidade ^v Entrevista com Nilza Sabino, removida Alta. A identificação deste trabalho do morro São João, moradora do Porto (2007/1002-01, por exemplo) se dá pela Velho (conjunto que faz parte do escola, ano corrente, turma e um 'complexo da Cidade Alta', presidente de número de identificação do trabalho. honra do Bloco Barriga na época da

ⁱⁱ Entrevista com Guaracy Costa, ex- entrevista, realizada em 06/12/2010.

pastor da Assembléia de Deus na ^{vi} Trabalho GB 2006/2001-01.

Cidade Alta, ex-morador da Cidade Alta, ^{vii} Entrevista de Sandra Cavalcanti a ainda, morava em Cordovil na época da a entrevista de Sandra Cavalcanti a Carlos entrevista, realizada em 14/10/2009. Eduardo Sarmento e Marly Motta In:

ⁱⁱⁱ Entrevista com Élcio Silva Sobrinho, FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi conhecido como Ney, morador da (p. 96).